

Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação
Coordenadoria de Pós-graduação *Stricto Sensu*
Área do Conhecimento de Ciências Exatas e Engenharias
Programa de Pós-graduação em Computação Aplicada

Mestrado Profissional

Instrução Normativa PPGCA-UCS Nº 1, de 17 de junho de 2025

Agendamento de Exame de Qualificação de Mestrado

A presente normativa regulamenta a solicitação e o agendamento de Exame de Qualificação de Mestrado no PPGCA.

O Colegiado do Programa de Pós-graduação em Computação Aplicada, no uso de suas atribuições, resolve que:

Art. 1º O agendamento do Exame de Qualificação deve ser solicitado pelo Orientador à secretaria do Programa, mediante envio do “Formulário de Agendamento de Defesas”, com sugestão de composição da banca e com antecedência de pelo menos 30 dias em relação à data prevista para o Exame.

Parágrafo 1. Devem ser sugeridos pelo menos dois nomes de professores pertencentes ao Programa e dois externos à instituição.

Parágrafo 2. Uma cópia do trabalho monográfico do mestrando deve ser encaminhada junto do “Formulário de Agendamento de Defesas” para a secretaria (ppgca@ucs.br).

Art. 2º Tendo sido aprovada pelo Colegiado a sugestão de composição de banca, e somente após essa aprovação, cabe ao orientador fazer os convites e o agendamento definitivo. Para tanto, deve ser enviado aos membros o formulário de “Parecer Pré-banca – Qualificação de Mestrado” com pelo menos 20 dias de antecedência.

Parágrafo único. Esse formulário deve ser retornado por e-mail à secretaria do Programa (ppgca@ucs.br), com antecedência de pelo menos três dias úteis em relação à defesa.

Art. 3º É pré-requisito para o agendamento do Exame de Qualificação que o mestrando apresente resultados preliminares acerca da sua proposta de dissertação;

Art. 4º Não sendo o trabalho recomendado por algum parecerista, o trabalho é considerado reprovado no Exame de Qualificação, tendo encaminhamento de acordo com o parágrafo segundo do Artigo 32 do Regimento do PPGCA.

Art. 5º Havendo qualquer alteração na composição da banca, o Formulário de Agendamento de Defesas deve ser novamente apreciado pelo Colegiado, seguindo-se novamente o rito do Artigo 1.

Art. 6º Casos omissos serão analisados e julgados pelo Colegiado.

Art. 7º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de publicação.